



JUVENTUDES RURAIS NO TERRITÓRIO INTEGRAÇÃO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ E SUA PERCEPÇÃO SOBRE A PERMANÊNCIA NO MEIO RURAL

Luciana Soares de Moraes

Extensionista da área de Inclusão Social do Instituto Emater, Paraná. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: luciana.mineira2009@hotmail.com

Wânia Rezende Silva

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: waniasilva@yahoo.com

Resumo: Neste artigo, analisa-se a ocorrência de perdas de população jovem no Território Integração Norte Pioneiro do Paraná, bem como a percepção dos jovens sobre os fatores que interferem em sua decisão de permanecer ou não no meio rural. Foram utilizados dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 do IBGE, além de entrevistas com 20 jovens, filhos e filhas de agricultores familiares, assentados e beneficiários do Crédito Fundiário. Constatou-se que persistem as perdas populacionais do Território comparativamente ao Estado, ao mesmo tempo em que o grupo populacional de 0 a 24 anos sofre redução e cresce o número de habitantes acima de 40 anos de idade. Considerando que são as mulheres jovens que mais deixam o meio rural, isto resulta em um número maior de jovens do sexo masculino do que feminino, tanto no meio rural quanto no total do Território, indicativo do envelhecimento e da masculinização. No entanto, observa-se que, à medida que os jovens conseguem ter acesso à ocupação e renda na propriedade, relações mais flexíveis na família, acesso às políticas públicas para estruturação da propriedade, facilidade de acesso ao meio urbano e educação conectada à sua realidade, crescem as possibilidades de permanecerem no meio rural.

Palavras-chave: Juventude rural. Agricultura familiar. Norte Pioneiro do Paraná.

INTRODUÇÃO

O presente artigo¹ analisa a ocorrência de perdas populacionais entre os jovens de 15 a 29 anos no Território Integração Norte Pioneiro do Paraná, buscando entender, junto aos jovens que permanecem no meio rural, quais suas percepções sobre a decisão de ficar ou sair.

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2007), predominam neste Território os estabelecimentos agropecuários familiares (59,2%), seguidos pelo tipo familiar empregador – que complementa a mão de obra contratando terceiros (26,6%), totalizando 85,8% dos estabelecimentos, enquanto os não familiares representam 14,2%.

Esses dados chamam a atenção para a importância da agricultura familiar nesse contexto. Stropasolas (2003) alerta para a crescente discussão dos aspectos relacionados ao rural e à agricultura familiar, particularmente por seu papel na geração de trabalho e renda. Segundo o autor,

A opção pela agricultura familiar como protagonista do desenvolvimento rural vem adquirindo uma unanimidade que se baseia, de maneira geral, em análises que lhe atribuem uma situação mais favorável em relação à agricultura patronal, particularmente por sua potencialidade em termos de “sustentabilidade” e por sua capacidade de gerar emprego e renda no meio rural. (STROPASOLAS, 2003, p. 1).

Daí resultaria que as questões relativas à juventude e sua permanência no meio rural teriam um impacto significativo no próprio desenvolvimento das regiões predominantemente rurais. Para o autor, “no caso dos jovens, eles fazem escolhas vivenciando conflitos pessoais e estruturais. Encontram o diverso e as restrições nas diferentes realidades em que transitam, em que apostam seus projetos visando ‘mudar’ a condição de vida” (STROPASOLAS, 2003, p.9).

Desta forma, ainda que haja alguns estudos já realizados – dentre os quais se destacam Abramovay (1998 e 2001), Silvestro et al. (2001), Stropasolas (2004) e Castro (2009) – sobre a juventude rural no Sudeste e Sul do País, esta discussão se justifica pela carência de trabalhos mais específicos sobre a realidade deste grupo no Paraná, e em especial no Território em questão.

A relevância deste estudo remete ainda à própria importância das políticas públicas voltadas à juventude rural na atualidade, para o Paraná em geral e para o Norte Pioneiro em particular, uma vez que todos os municípios integrantes desse Território podem ser considerados municípios rurais².

O artigo se compõe, além desta introdução e das considerações finais, de três partes. A primeira traz uma breve discussão dos estudos realizados sobre a juventude rural no Brasil; em seguida apresenta-se o Território Integração Norte Pioneiro; e, na terceira seção, discutem-se os resultados da pesquisa sobre as percepções dos jovens quanto a permanecer ou não no meio rural.

¹ Este estudo apresenta parte da discussão empreendida em torno da temática juventude rural no contexto do Território Integração Norte Pioneiro do Paraná (MORAIS, 2014).

² O autor Eli da Veiga considera como municípios “rurais” aqueles que possuem até 50 mil habitantes e densidade populacional menor de 80 hab./km² (VEIGA, 2002).

1 JUVENTUDES RURAIS NO BRASIL: UMA REFLEXÃO SOBRE ESTUDOS REALIZADOS

Atualmente, no Brasil, para fins legais e definição de políticas públicas, entende-se por 'juventude' aquelas pessoas na faixa etária de 15 a 29 anos (BRASIL, 2013). Não obstante esta demarcação seja importante para a realização de comparações com outras realidades e para a definição de público beneficiário de políticas públicas, Esteves e Abramovay (2008) alertam para a heterogeneidade dos grupos juvenis, os quais têm acesso diferenciado às oportunidades, facilidades e poder, configurando-se, assim, como *juventudes* (no plural). Em suas palavras:

A juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção esta na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, referências múltiplas, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo, etc. (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2008, p.4).

Esses autores, ao assumirem esta posição teórica, fazem-no em concordância com a linha de pensamento de Margulis e Urresti (1996), para quem a categoria juventude, ainda que tenha uma dimensão simbólica, também possui determinantes materiais, históricas, culturais e políticas, o que os leva a afirmar que “a juventude é mais que uma palavra”, conforme se pode observar na sua fala:

La juventud, como toda categoria socialmente constituída, que alude a fenômenos existentes, tiene una dimensión simbólica, pero también debe ser analizada desde otras dimensiones: se debe atender a los aspectos fácticos, materiales, históricos y políticos em que toda producción social se desenvuelve (MARGULIS; URRESTI, 1996, p.2).

Cabe considerar, porém, que, segundo Esteves e Abramovay (2008), as duas abordagens – faixa etária e construção social – não são excludentes, dado que, dependendo do enfoque do estudo, pode-se ressaltar a homogeneidade do grupo, quando comparado a outras gerações, ou sua heterogeneidade, ao examinar suas condições sociais concretas.

Essa forma de analisar o conceito (que relaciona a faixa etária e o entendimento de juventude como construção social) é particularmente interessante neste estudo, no qual se busca, em primeiro lugar, compreender as diversas realidades vivenciadas pelas juventudes rurais do Norte Pioneiro do Paraná, entendendo, contudo, que essas realidades possuem uma certa homogeneidade que se contrapõe ao experimentado pelas demais gerações.

Wanderley (2007) considera que os jovens rurais se configuram como uma parcela específica das juventudes brasileiras, que vivenciam situações diversas, diferenciando-se dos grupos urbanos especialmente por pertencerem ao ambiente social rural, estando geralmente conectados a uma propriedade agrícola familiar.

Esses jovens rurais estão envoltos em uma dinâmica espacial em que se relacionam com a casa/família; a vizinhança/comunidade, e a cidade (mundo urbano-industrial). Segundo Wanderley (2007, p.23), “mais do que espaços distintos e superpostos, trata-se essencialmente dos espaços de vida que se entrelaçam e dão conteúdo à experiência dos jovens rurais e à sua inserção na sociedade”. Assim, a vivência cotidiana desses jovens carrega as marcas do relacionamento com a família e a comunidade local (WANDERLEY, 2007).

Maria Baudel Wanderley (2007), ao investigar os jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco, afirma que “os jovens rurais são, antes de tudo, jovens”. Com isto, ela procura ressaltar a semelhança destes com grupos que vivem nas cidades em termos do modo de se vestir, amizades, preferência por artistas, grupos musicais e esportistas, entre outros elementos. O que de forma alguma, destaca a autora, pode ser encarado como homogeneidade, ou seja, estão integrados à realidade social da juventude brasileira como um todo, à mercê das tensões e contradições da sociedade brasileira. Por outro lado, mesmo dentro das áreas rurais é grande a diversidade de situações experimentadas pela juventude que aí vive, o que demonstra, também, sua heterogeneidade.

Novaes (2007) *apud* Carneiro e Castro (2007, p.101) sublinha justamente a existência de desigualdades e diferenças dentro do grupo denominado juventude rural: “Também no interior do que chamamos genericamente ‘juventude rural’ existem desigualdades e diferenças em termos de cor, etnia, gênero, deficiências, orientação sexual, disparidade regional, local de moradia. A ‘juventude de hoje’ é marcada pela heterogeneidade”.

Dentre as diversas situações juvenis, encontra-se a dos jovens casados e/ou com filhos. Castro et al. (2009, p.70), ao estudarem jovens participantes dos eventos dos movimentos sociais no Brasil, constataram que “os jovens casados e os jovens com filhos, ainda que em minoria, aparecem e são reconhecidos nos eventos como parte da realidade da juventude do campo”. As autoras entendem a necessidade de “[...] repensar a categoria juventude para além da sua ‘natural’ associação com a condição de jovens solteiros sem filhos”.

A temática da juventude, ainda que tenha ganho destaque no debate acadêmico, bem como nas ações governamentais e não governamentais, tem a atenção geralmente centrada no grupo urbano e residente nas grandes metrópoles, enquanto aqueles ligados ao rural têm tido pouca atenção (CASTRO et al., 2009). Nesse sentido, vale citar aqui o estudo de Weisheimer (2005), que se propõe a mapear e discutir o que foi produzido de conhecimento sobre o tema da juventude rural no Brasil no período de 1990 a 2004.

Para isto, o autor investigou livros, resumos de teses, dissertações e artigos publicados em revistas ou anais de eventos científicos, material este disponível na internet. Os resultados mostraram dois aspectos que são enfatizados no trabalho dos pesquisadores da juventude rural, a saber:

a participação destes jovens nos processos migratórios e certa “invisibilidade” da juventude rural. Utilizando-se de dados do IBGE, Weishemer esclarece que de 1991 a 2000 teria havido uma redução de 26% do número de jovens residindo no meio rural, sendo as jovens do sexo feminino as que mais migram, resultando na chamada “masculinização” do meio rural (WEISHEIMER, 2005).

Castro et al. (2009), ao traçarem o panorama do campo de estudos sobre a juventude rural no Brasil, identificaram, até o ano 2007, a publicação de 197 obras relativas à temática, sendo 47,2% (93) referências bibliográficas (artigos, capítulos de livros, relatórios de pesquisas e resumos em anais); 45,2% (89) teses, dissertações e monografias, e 7,6% (15) livros publicados.

Na opinião das autoras:

[...] se, por um lado, o reduzido número de livros e teses de Doutorado expressa que existem poucas pesquisas de longa duração e maior profundidade sobre o tema no Brasil, por outro, o considerável número de dissertações de Mestrado e artigos sobre a juventude rural sugere o movimento de consolidação de um campo de pesquisa, sobretudo a partir do ano 2000 (CASTRO et al., 2009, p.49).

Abramovay et al. (2001), ao estudarem a problemática da sucessão na agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina, discutem quais seriam os fatores determinantes para a formação profissional de uma nova geração de agricultores (ABRAMOVAY et al., 2001).

Esses autores procuraram entender se a permanência dos jovens na agricultura seria uma opção ou uma fatalidade, e quais fatores determinariam a escolha profissional dos mesmos, destacando-se: educação, influência familiar, pobreza e relacionamento social. Nesse sentido, o baixo nível de escolaridade daqueles possíveis candidatos à sucessão nas propriedades interferia negativamente no acesso aos seus direitos e no exercício da cidadania (ABRAMOVAY et al., 2001).

Haveria, porém, segundo esses autores, uma consciência por parte dos jovens de que, para encarar o desafio de assumir uma unidade produtiva e gerar renda, seria necessário que eles tivessem níveis mais elevados de conhecimento, sendo esta escolaridade no mínimo a 8ª série – agora chamada 9º ano –, na opinião de 70% dos rapazes entrevistados (ABRAMOVAY et al., 2001).

Quanto às diferenças em relação à permanência ou saída do meio rural, tem sido constatado o caráter seletivo da migração nas regiões de agricultura familiar no Sul do Brasil, sendo que a população jovem é a que mais migra, e, nela, as mulheres são a maioria, levando ao processo de “masculinização” do meio rural (STROPASOLAS, 2004).

Abramovay et al. (2001) identificam um desejo, por parte dos rapazes entrevistados, oriundos da agricultura familiar, de continuar na profissão de agricultores. Quanto às moças, contudo, estas tinham uma visão negativa sobre esta possibilidade: em torno de 32% desejam permanecer no estabelecimento agropecuário, enquanto 37% acreditam que este seja inevitavelmente seu futuro, ou seja, encaram esta permanência como uma fatalidade, sendo a maior parte delas proveniente de famílias mais empobrecidas.

Os autores atribuem essa diferença de opinião à escolarização dos rapazes e das moças: enquanto eles têm consciência de que o baixo nível de escolarização não lhes garantiria um futuro promissor fora da propriedade, elas talvez entendam que teriam mais chances lá fora, uma vez que estudaram um pouco mais que eles (ABRAMOVAY et al., 2001).

Stropasolas (2004), ao pesquisar os conflitos de valores, representações, expectativas e projetos de vida de filhos de agricultores familiares de Santa Catarina, também verificou que o êxodo rural é maior entre as mulheres jovens, uma vez que estas foram mais bem preparadas para enfrentar a vida urbana que os rapazes, o que lhes permite inclusive questionar a proposta de vida no meio rural, o qual não lhes proporciona as mesmas oportunidades que aos homens. “A vigência de relações sociais desiguais e excludentes no seio da agricultura familiar é um dos principais fatores responsáveis pela saída das mulheres do campo.” (STROPASOLAS, 2004, p.255).

Outra grande dificuldade para que os jovens filhos de agricultores permaneçam nesta profissão está ligada ao acesso à terra (ABRAMOVAY et al., 2001). Além disso, na opinião dos rapazes, outros fatores dificultam tal permanência, como: falta de capital para investimento (81%) e ausência de novas oportunidades de renda (40%).

Pouca terra, recursos insuficientes e trabalho familiar eram a base de que dispunham os jovens pernambucanos para planejar o futuro. “Base precária e insuficiente para uma grande parcela, que torna sua reprodução como agricultor largamente dependente da própria existência de um patrimônio familiar viável para as gerações futuras.” (WANDERLEY, 2007, p.32).

No que se refere à influência dos pais para que os filhos permaneçam na agricultura, Abramovay et al. (2001) ressaltam que até a década de 1960 havia nisto uma conotação moral. Presentemente, isso varia segundo o nível de renda das famílias. Naquelas com melhores rendimentos os jovens são estimulados a permanecer na agricultura, diferentemente do que ocorre nas famílias com pior situação financeira.

Uma questão importante para a permanência dos jovens no meio rural é a possibilidade de participar da tomada de decisões referentes à propriedade. Para Castro et al. (2009, p.154), “a falta de autonomia em relação às decisões na unidade produtiva ainda é uma realidade para os jovens e, em especial, para as jovens que permanecem no campo, o que reproduz as relações de subordinação dos jovens à figura do pai, chefe de família”. Pesquisas têm demonstrado, segundo Stropasolas (2004, p.262), “[...] uma débil participação dos jovens no processo decisório da agricultura familiar e, particularmente, um viés de gênero presente nessas questões, em prejuízo das moças”.

Castro et al. (2009), ao discutirem os processos de exclusão social e os significados do “ficar” ou “sair” entre jovens rurais de um assentamento da reforma agrária e um acampamento de trabalhadores sem-terra da Baixada Fluminense-RJ, partem de duas questões que vêm sendo pontuadas pelos estudiosos: as dificuldades enfrentadas pelos jovens do campo no acesso à escolarização e ao trabalho, por um lado, e, por outro, uma possível atração que o meio e o estilo de vida urbanos exerceriam sobre os jovens rurais.

As autoras puderam constatar, assim, as mencionadas dificuldades de permanência dos jovens no campo ao analisarem, sobretudo, as condições de acesso à escola a partir da segunda fase do ensino fundamental. Contudo, Castro et al. (2009) alertam que essas dificuldades não podem ser tratadas de forma separada das questões que preocupam a agricultura familiar atualmente (produção, reprodução, condições de vida, acesso a bens e serviços), ainda que alguns problemas atinjam de forma mais direta o público jovem.

Nesse sentido, as autoras consideram que a permanência ou saída do campo é um processo “[...] mais complexo que a leitura da atração pela cidade, e nos remete à análise de *juventude rural* como uma categoria social chave pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo” (CASTRO et al., 2009, p.205). Em sua opinião, os jovens rurais, além de conviverem rotineiramente com as questões que afligem os agricultores familiares, ainda estão submetidos a outros antigos problemas, como é o caso da autoridade paterna e da hierarquia na família, na comunidade e em outros grupos sociais, em que a opinião e autonomia do jovem nem sempre são consideradas (especialmente no que se refere às mulheres).

Por outro lado, Castro et al. (2009) argumenta que ainda persiste a visão do jovem como desinteressado e descompromissado com o meio rural, ao mesmo tempo em que cresce uma cobrança no sentido da permanência deste grupo no campo como forma de reverter o processo de esvaziamento deste. As autoras propõem, então, que se problematize esta ideia do jovem como o herói da transformação social, a partir do entendimento de que as questões enfrentadas pelo meio rural na atualidade “demandam ações coletivas e políticas públicas de longo alcance que gerem transformações mais profundas na realidade brasileira” (CASTRO et al., 2009, p.205).

Por fim, cabe destacar que, devido à histórica desvalorização do rural frente ao urbano, questão ainda não superada, “quem se identifica como jovem rural sente cotidianamente o estigma de viver no campo. Há uma desqualificação simbólica que associa o rural, o camponês, a roça, o trabalhador rural, o agricultor familiar, a imagens de atraso” (CARNEIRO; CASTRO, 2007, p.129).

Essa identidade³ de jovem rural, do sítio ou do campo, permeada, por um lado, pelo que se atribui a ela e, por outro, pelo que se constrói a partir do local social ocupado por parte de cada um desses sujeitos, nem sempre tem uma conotação negativa. Freire e Castro (2007, p.226), ao pesquisarem a identidade e o cotidiano de jovens assentados da reforma agrária, constataram que, enquanto alguns jovens pesquisados expressam certa insatisfação com sua condição, em razão dos preconceitos e discriminações que vivenciaram ao longo de sua vida, outros se sentem orgulhosos por pertencerem ao campo.

³ “A identidade é uma categoria relacional, é afirmação do eu na relação com o outro, marcada pela diferença, em que se distingue daquilo que não é. Trata-se de uma construção simbólica e social, depende de algo de fora dela, de outra identidade, não nasce pronta e acabada, é construída no tecido social, portanto, vinculada às condições em que a vida dos sujeitos se materializa.” (FREIRE; CASTRO, 2007, p.224).

Em 2010, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população total dos municípios deste Território somava 312.757 habitantes, sendo que, destes, 235.544 constituíam a população urbana e 77.213 a população rural, resultando num grau de urbanização igual a 75,31% e densidade demográfica de 29,97 hab./km².

Nos dados do Censo Demográfico (IBGE, 2000), a população total era de 309.430 habitantes, enquanto a rural somava 91.759 pessoas, o grau de urbanização era de 70,3% e a densidade demográfica de 29,6 habitantes/km². Verifica-se, assim, uma redução do número de habitantes do meio rural nesta década, intensificando o processo de urbanização dentro do próprio Território.

Ao comparar os dados dos Censos 2000 e 2010, observa-se ainda que, apesar de ter havido um aumento na população total do Território, 18 dos 29 municípios tiveram perdas populacionais (redução do seu número de habitantes). A redução ocorreu sobretudo nas populações rurais dos municípios, sendo que, do total deles, apenas quatro municípios tiveram aumento de sua população rural: Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Jundiá do Sul e Siqueira Campos⁵. Por sua vez, cinco municípios (Guapirama, Jundiá do Sul, Santa Amélia, Santana do Itararé e Tomazina) apresentaram redução de sua população do meio urbano.

Os dados mostram ainda que, em 2010, os 29 municípios do Território possuíam menos de 50.000 habitantes e densidade demográfica abaixo de 80 hab./km², sendo Santo Antônio da Platina e Jacarezinho os municípios mais populosos, apesar de este último ter sofrido redução de sua população no período 2000-2010. Assim, ainda que os dados indiquem um grau de urbanização igual a 75,1%, segundo a classificação proposta por Veiga (2002), todos são considerados como “municípios rurais”.

A análise dos resultados dos Censos (2000 e 2010) revelou também que em 2000 havia mais homens (155.834) do que mulheres (153.596) na população total do Território, situação típica de regiões “rurais” do País, conhecida como “masculinização do campo”. Em 2010, porém, a situação se inverte, constatando-se um número ligeiramente maior de mulheres (156.527) que de homens (156.230).

A pirâmide etária do Território (gráfico 1) demonstra as principais mudanças ocorridas na população no período 2000-2010. Comparando com as pirâmides etárias do Brasil para o mesmo período, nota-se que há um comportamento semelhante, com o estreitamento da base da pirâmide (redução da população de 0 a 24 anos e aumento a partir dos 40 anos de idade).

Quanto à população em idade jovem (15-29 anos) no Território, em 2000 contabilizaram-se 79.221 pessoas, sendo 40.336 homens e 38.885 mulheres (tabela 1). Nas faixas etárias de 15 a 19 e de 20 a 24 anos havia mais homens do que mulheres, enquanto na faixa etária de 25 a 29 anos contabilizavam-se mais mulheres que homens. No último censo (2010), entretanto, a população de 15 a 29 anos foi reduzida para 75.997 pessoas, continuando a se contarem mais homens (38.484) do que mulheres (37.513) em todas as faixas etárias jovens (15-19, 20-24 e 25-29 anos), apesar de a população total do Território contabilizar mais mulheres que homens (IBGE, 2010).

⁵ No caso de Congonhinhas e Jundiá do Sul, este aumento possivelmente se deve ao grande número de famílias assentadas recentemente.

GRÁFICO 1 - PIRÂMIDES ETÁRIAS DA POPULAÇÃO DO TERRITÓRIO INTEGRAÇÃO NORTE PIONEIRO - COMPARAÇÃO DOS CENSOS 2000 E 2010

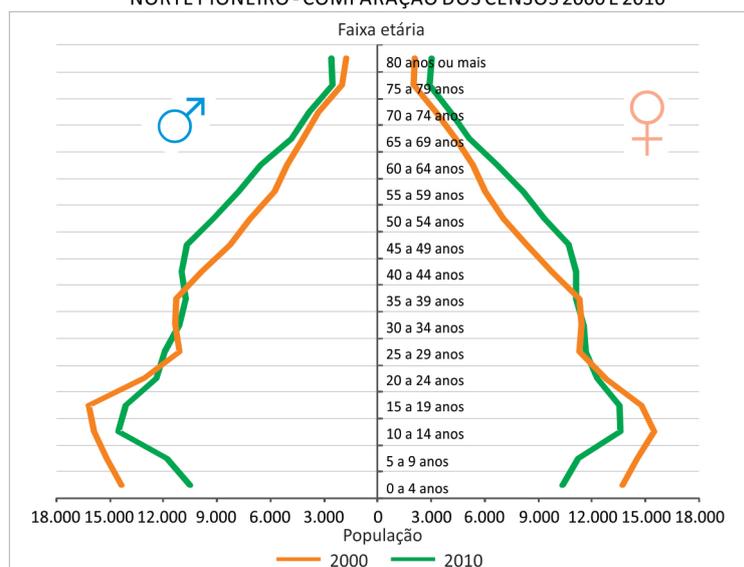


TABELA 1 - POPULAÇÃO JOVEM (15 A 29 ANOS) NO TERRITÓRIO INTEGRAÇÃO NORTE PIONEIRO - 2000 E 2010

FAIXA ETÁRIA	2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
15 a 19	30.972	16.134	14.838	27.672	14.145	13.527
20 a 24	25.876	13.115	12.761	24.738	12.426	12.312
25 a 29	22.373	11.087	11.286	23.587	11.913	11.674
TOTAL	79.221	40.336	38.885	75.997	38.484	37.513

FONTE: IBGE (2000 e 2010)

NOTA: Elaboração das autoras.

Enquanto a população em idade jovem (15 a 29 anos) cresceu em números absolutos no Brasil e no Paraná (tabela 2), verificou-se no Território uma situação inversa, com decréscimo da população em idade jovem, indicando perdas populacionais nesta faixa etária.

No mesmo período (2000-2010) ocorrem um crescimento da população em idade jovem no meio urbano e uma redução no meio rural no Território (assim como no Paraná e Brasil). Desta forma, tem-se que os jovens do Território Integração continuam a deixar o campo e a se mudar para a cidade, ao mesmo tempo em que migram também para outras regiões do Estado ou mesmo para fora do Estado, o que se mostra pela perda de população em números absolutos.

TABELA 2 - POPULAÇÃO JOVEM (15 A 29 ANOS) TOTAL, RURAL E URBANA, NO BRASIL, PARANÁ E TERRITÓRIO INTEGRAÇÃO NORTE PIONEIRO - 2000 E 2010

LOCALIDADE	POPULAÇÃO	2000	2010
Brasil	Total	47.939.723	51.330.569
	Urbana	39.331.638	43.522.942
	Rural	8.608.084	7.807.627
Paraná	Total	2.616.327	2.710.195
	Urbana	2.153.898	2.347.436
	Rural	462.429	362.759
Território	Total	79.221	75.997
	Urbana	55.380	58.893
	Rural	23.841	17.104

FONTE: IBGE (2000 e 2010)

NOTA: Elaboração das autoras.

Essa redução da população em idade jovem no Território deu-se sobretudo nas faixas etárias de 15 a 19 anos (exceto em 4 municípios) e 20 a 24 anos (com exceção de 11 municípios), enquanto na faixa de 25 a 29 anos houve um ligeiro crescimento, para o que contribuíram 12 municípios do Território, ou seja, na maioria deles houve perdas também nesta faixa etária (IBGE, 2010).

Em resumo, como se observa para outras regiões “rurais” no Brasil, o Território Integração Norte Pioneiro continua a perder população jovem, sendo as mulheres as que mais migram (enquanto na população total do Território a maioria é de mulheres⁶, na faixa etária jovem elas continuam a ser em menor número que os homens).

3 POR QUE ELE NÃO FICA NO SÍTIO? PORQUE NÃO TEM COMO GANHAR” – PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE PERMANECER OU NÃO NO MEIO RURAL

O aprofundamento sobre as questões aqui colocadas se deu a partir da realização de entrevistas com 20 jovens de 14 a 27 anos de idade, filhos (13) e filhas (7) de agricultores familiares, provenientes de sete municípios do Território. Na faixa etária de 14 a 18 anos houve 10 entrevistados; na faixa de 19 a 24 anos foram 8 entrevistados, e na faixa de 25 a 29 anos, 2 entrevistados. Estes informantes foram selecionados de forma intencional, segundo critérios previamente definidos⁷. As entrevistas foram realizadas entre os meses de junho e dezembro de 2013, sendo gravadas e, a seguir, transcritas e digitadas, para posterior impressão e análise.

Entre os jovens entrevistados, 15 se declararam solteiros sem filhos (11 rapazes e 4 moças), enquanto 4 eram casados (1 rapaz e 3 moças) e um rapaz disse viver em união estável. Dentre estes casados/união estável, 2 moças e um rapaz tinham filhos. Estes rapazes casados tinham entre 17 e 20 anos, enquanto as moças tinham entre 19 e 27 anos de idade.

A maioria dos jovens que declararam ter parado de estudar tinha o ensino médio completo (8 jovens), e apenas um deles tinha o ensino superior completo. Os demais (11) estavam ainda estudando, 10 deles no ensino médio e um no ensino fundamental. Isto representa um incremento nos anos de estudo, comparativamente aos pais e mães, pois a maioria destes possui o ensino fundamental incompleto (9 pais e 11 mães), tendo a maior parte estudado apenas até a primeira fase (1ª a 4ª séries). Nenhum pai ou mãe cursou o ensino superior, e apenas uma das mães tinha o ensino médio completo. Um dos pais não era alfabetizado.

A maior parte das famílias (de ascendência) dos jovens entrevistados (9) era composta por dois filhos – o jovem e um irmão ou irmã –, destacando-se, em seguida, o número de famílias com

⁶ Em 2000, havia no Território mais homens (155.834) que mulheres (153.596), enquanto em 2010 a situação se inverte, passando a ter mais mulheres (156.527) que homens (156.230).

⁷ Os critérios foram: jovens, de ambos os sexos, filhos/as de agricultores familiares, com diferentes formas de acesso à terra e envolvidos em diferentes atividades produtivas, dispostos a participar da pesquisa.

3 filhos – o jovem e dois irmãos. Duas outras famílias tiveram 4 filhos – o jovem e 3 irmãos deste, e apenas uma família tinha apenas um filho (o entrevistado). As outras quatro famílias não especificaram. Isto mostra que, apesar da contínua redução da taxa de fecundidade das mulheres, inclusive no meio rural, o tamanho dessas famílias ainda está um pouco acima da média brasileira, que chegou a 1,86 filhos por mulher, segundo o último Censo (IBGE, 2010).

Perguntou-se a esses jovens entrevistados se eles acreditavam que os jovens estão querendo permanecer no meio rural ou ir embora para a cidade. Doze dos 20 entrevistados responderam que a maioria dos jovens pretende ir para a cidade. Os 8 restantes responderam no mesmo sentido, porém com menor intensidade, isto é, acreditam que muitos, uma parte, ou alguns jovens querem ir para a cidade, deixando subentendido que existe outra parte considerável que pretende ficar. Vale dizer que a percepção de que os jovens “estão indo embora” prevalece mesmo entre aqueles jovens que manifestam a intenção de permanecer. É o caso deste jovem, cuja fala transcrevemos a seguir:

Jovem: *Olha, tudo que eu conheço quer ir pra cidade.*

Pesquisadora: *Querem ir pra cidade?*

Jovem: *O único da sala, mesmo, que quer ficar no sítio sou eu.*

Pesquisadora: *É mesmo?! E quantos tem na sua sala?*

Jovem: *Onze. Mas a maioria da escola, acho que querem tudo ir pra cidade. (rapaz, 16 anos, solteiro, estudante de ensino médio, família de agricultores familiares tradicionais)*

A principal explicação para esses jovens deixarem o meio rural estaria relacionada à renda (14 respostas), o que se expressa pelos seguintes argumentos: busca por trabalho e renda própria (4); renda mensal muito baixa (2); baixa produtividade (1); não veem alternativa para permanecer (1); busca por melhor oportunidade de emprego (1); vontade de ser bem-sucedido (1); porque estão passando necessidades no meio rural (1); busca por melhorar a condição financeira (1); não têm como se manter na propriedade/não têm renda fixa (1); as moças não têm renda (1).

E quem mora no sítio tá acostumado às vezes a plantar lavoura e se decepcionar depois, porque às vezes não sabe como mexer, não tem o equipamento adequado. Se você vai no sítio, vai encontrar mais as pessoas aí de 30 anos pra cima, e pergunta pro jovem o que ele quer, ele quer ir embora pra cidade. Porque lá ele pode fazer isso, pode fazer aquilo, e pode ter o seu emprego. Por que ele não fica no sítio? Porque ele num tem como ganhar. Se você perguntar pra ele o quê que ele ganha lá, num ganha nada! (rapaz, 19 anos, solteiro, ensino médio completo, família assentada)

Nota-se porém, na percepção dos jovens pesquisados, que além da renda outras questões interferem na decisão de permanecer ou não no meio rural. Assim, foram citados também: esforço demandado pelo serviço braçal na agricultura (3); interesse por estudar/faculdade (2); o fato de morar longe da cidade (1); não ter acesso à terra (1); porque se casou (1); não se sente realizado (1); não gosta do sítio (1); não tem jeito de conversar (1); não tem com quem se relacionar afetivamente (1).

Ao serem questionados sobre para quais cidades os jovens rurais do Território se dirigiram ao deixarem o sítio, a maioria respondeu que conhece jovens que migraram para os seguintes locais: Curitiba (12); São Paulo (9); cidades da região com maior dinamismo econômico, como Ibaiti (4 citações); outras cidades médias, fora da região, como Londrina (3), São José dos Campos (2), Maringá (1) e Campo Largo (1). São poucos os casos de jovens que deixaram o meio rural para residir na sede do próprio município ou em outras cidades da região.

No Norte Pioneiro, geralmente os jovens deixam o meio rural por volta dos 18 anos, quando tiram a Carteira Nacional de Habilitação e terminam o ensino médio. Estes seriam os requisitos para conseguir alguma colocação no mercado de trabalho na cidade, conforme nos esclarece este jovem:

Jovem: *Porque o que a gente vê é o êxodo rural, né? Deu 18 anos, vai pra cidade, embora.*

Pesquisadora: *É? Aqui é normalmente em torno dos 18 anos que eles vão? Jovem:* *É, no tempo que tirou a carteira, pra poder dirigir, já vai trabalhar na cidade. (risos) Pesquisadora:* (risos) *Então é na hora que tirou a carteira? Jovem:* *Tirou a carteira, já perdeu o filho. (risos)*

(rapaz, 22 anos, solteiro, ensino superior completo, família de agricultores familiares tradicionais)

É recorrente, na fala dos informantes, a afirmação de que os jovens iriam para a cidade “buscar uma vida melhor”. Um deles, porém, questiona: “Será que vão ter esta vida melhor lá?”. Perguntou-se a eles, então, como estariam aqueles jovens que se mudaram para a cidade. Poucos são os casos dos que afirmam que os jovens migrantes estão numa situação melhor que antes; outros afirmam que estão na mesma situação ou pior (por terem mais gastos, pela correria, por estarem longe da família e amigos, pelo desemprego, pelos baixos salários, pelo uso de drogas).

Ah, a maioria que eu vi indo pra cidade grande eu num vi nenhum crescer. Igual o fulano lá... o fulano tá se mantendo. Mas vai lá, é o quanto você ganha aqui. Lá ele tá ganhando 700 contos, aqui ele, no campo, você ganha isso... (rapaz, 17 anos, solteiro, estudante de ensino médio, família beneficiária do Crédito Fundiário)

Como se observa, embora a cidade muitas vezes se apresente como a única alternativa para a melhoria das condições de vida, as histórias dos conhecidos que já foram anteriormente para o meio urbano impedem que esses jovens tenham uma visão romantizada desse espaço. Fica claro, muitas vezes, o desejo de voltar ao meio rural, num contexto em que as propriedades familiares conseguiram avançar na produção e renda. Foi o que nos contou uma jovem cuja família conseguiu mudar sua situação econômica, ao investir na pecuária de leite.

Pesquisadora: *Você acha que estes jovens se mudaram para a cidade com qual intenção?*

Jovem: *Uma vida melhor. Porque na época que eles se mudaram pra lá não se tinha muita possibilidade no sítio, né? [...] Antigamente se pensava assim, que produtor pequeno não sobreviveria. Aquele que tem pouca propriedade, propriedade pequena, não sobreviveria. Na época não tinha muita produção de leite. Então, tipo, tem um primo meu que mudou*

pra cidade porque não tinha como sobreviver no sítio. [...] Antigamente era assim. Agora ele fala pra mim que se ele tivesse a oportunidade de voltar pro sítio, ele voltava. Porque a vida no sítio é melhor que na cidade. (moça, 20 anos, solteira, ensino médio completo, filha de agricultores familiares)

Em resumo, permanecer ou não no meio rural é entendido por esses jovens como resultante de uma série de fatores, dentre os quais estão o acesso à terra, ao trabalho, à renda e às condições materiais de sobrevivência. Não se deve esquecer, contudo, outros elementos mencionados nas entrevistas. O acesso à educação e outras políticas públicas, a participação nas decisões, a igualdade de gênero, uma visão mais positiva da identidade do jovem do campo também têm papel fundamental nesta decisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se discutir, neste artigo, o fenômeno das perdas populacionais em idade jovem no Território Integração Norte Pioneiro, bem como a percepção dos jovens sobre os fatores que interferem em sua decisão de permanecer ou não no meio rural.

Constatou-se que persistem as perdas populacionais do Território comparativamente ao Estado, ao mesmo tempo em que o grupo populacional de 0 a 24 anos sofre redução e cresce o número de habitantes acima de 40 anos de idade. Considerando que são as mulheres as que mais deixam o meio rural, tem-se um número maior de jovens do sexo masculino que do feminino tanto no meio rural quanto no total do Território, indicativo de tendência de envelhecimento e masculinização.

Nesse cenário, os tradicionais problemas enfrentados pela agricultura familiar também se fazem presentes, destacando-se a concentração fundiária e dificuldade de acesso à terra e o baixo rendimento das propriedades. Além destes, têm-se as dificuldades advindas do distanciamento das propriedades em relação ao meio urbano, bem como as más condições das estradas e transporte.

Somando-se a esses, percebem-se outros problemas⁸ mais específicos da juventude rural, tais como a dificuldade de acesso à renda de forma autônoma; a educação tradicional, que desvaloriza o meio rural; a dificuldade de acesso à educação em nível superior; as diferenças e desigualdades de gênero; o modelo de tomada de decisões nas propriedades; os preconceitos e tabus relacionados à identidade de jovem rural; o desconhecimento e a dificuldade de acesso às políticas públicas.

No entanto, à medida que os jovens conseguem ter acesso à ocupação e renda na propriedade, relações mais flexíveis na família (maior participação nas decisões), acesso às políticas públicas para a estruturação da propriedade, facilidade de acesso ao meio urbano e educação conectada à sua realidade (educação do campo), crescem as possibilidades de permanecerem no meio rural.

⁸ Estas questões são discutidas em profundidade na dissertação “Juventudes rurais no Território Integração Norte Pioneiro: um estudo dos fatores que interferem em sua decisão de permanecer ou não no meio rural”, defendida no Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá.

Tendo garantida essa primeira possibilidade – a permanência no meio rural –, tem-se consciência de que o jovem estará sujeito aos mesmos dilemas enfrentados pela agricultura familiar no País, dentre os quais aqueles relativos à produção e comercialização dos produtos e geração de renda suficiente para a manutenção de sua família. Não há espaço, assim, para uma visão romantizada do rural, da agricultura familiar, ou mesmo dos jovens neste meio.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. (Coord.). **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. Disponível em: <http://www.gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2012.
- ABRAMOVAY, R. et al. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. v.39. **Anais...** 2001. Disponível em: <http://www.gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf>. Acesso em: 9 set. 2013.
- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. **Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil: aparte inclusão social em debate**. 25 ago. 2012. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2014.
- BRASIL. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013 – Estatuto da Juventude. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 9 out. 2013.
- CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CASTRO, E. G. de et al. **Os jovens estão indo embora?** juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2009.
- CASTRO, E. G. de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Rev. Latino Am. Ciênc. Soc. Niñez. Juv.**, v.7, n.1, p.79-208, 2009. Disponível em: <<http://umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>>. Acesso: 10 out. 2012.
- ESTEVES, L. C. G.; ABRAMOVAY, M. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 6., 2008. Mundos sociais: saberes e práticas. **Anais...** Universidade Nova de Lisboa, 25 a 28 de junho de 2008.
- FREIRE, J. S.; CASTRO, E. Juventude na Amazônia paraense: identidade e cotidiano de jovens assentados da reforma agrária. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.215- 236.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico e contagem de população – demográfico 2000 e 2010**. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1552&z=cd&o=7&i=P>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Diagnóstico socioeconômico do Território Norte Pioneiro**: Estado do Paraná. Curitiba: IPARDES, 2007.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MORAIS, L. S. de. **Juventudes rurais no Território Integração Norte Pioneiro do Paraná**: um estudo dos fatores que interferem em sua decisão de permanecer ou não no meio rural. 193f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá, 2014.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

STROPASOLAS, V. L. **O movimento (migratório) da juventude rural**: em busca do reconhecimento social e da cidadania. 2003. Disponível em: <http://www.google.com.br/search?hl=pt&source=hp&q=O+movimento+%28migrat%C3%B3rio%29+da+juventude+rural%3A+em+busca+do+reconhecimento+social+e+da+cidadania&gbv=2&oq=O+movimento+%28migrat%C3%B3rio%29+da+juventude+rural%3A+em+busca+do+reconhecimento+social+e+da+cidadania&gs_l=heirloom-hp.12...1940.1940.0.3237.1.1.0.0.0.296.296.2-1.1.0...0.0...1c.WksRmxHVvM>. Acesso em: 20 out. 2012.

STROPASOLAS, V. L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.253-267, jan./abr. 2004.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. de N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G.(Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.21- 33.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. Disponível em: < http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/125/Juventudes_rurais_-_mapa_de_estudos_recents.pdf >. Acesso em: 26 ago. 2012.